



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

Tribunal Pleno - SEÇÃO MUNICIPAL

Sessão: 21/8/2013

Exame Prévio de Edital - Julgamento

M009 00001648.989.13-5

Interessada: Prefeitura Municipal de Tejuapá

Assunto: Edital da Concorrência 2/2013, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para construção de 73 (setenta e três) unidades habitacionais, solicitado para exame em função de representação de WALP Construções e Comércio Ltda.

Relatório

Em exame, representação contra o edital da Concorrência 02/2013, da Prefeitura Municipal de Tejuapá, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para construção de 73 (setenta e três) unidades habitacionais.

Walp Construções e Comércio Ltda. questiona a obrigatoriedade de a visita técnica ser realizada pelo responsável técnico e o fato do edital vedar a soma de atestados para a comprovação das exigências habilitatórias.

A entrega das propostas e a sessão de abertura estavam previstas para 31/7/2013.

Em razão de aspectos que recomendavam o exame do ato cuja legalidade se pôs sob suspeita, foi determinada a suspensão do certame e a decisão singular foi referendada na sessão plenária de 31/7/13.

A prefeitura licitante compareceu aos autos e trouxe esclarecimentos.

Quanto à necessidade da realização da visita técnica pelo responsável técnico da interessada, explicou que o objetivo foi dar certeza de que todos os proponentes tomaram conhecimento das condições do local das obras, evitando futuras alegações de desconhecimento das características do terreno.

Frisou que a lei não determina qual a pessoa competente para avaliar o local, mas defende que no caso de obra de engenharia deve ser realizada por pessoa capacitada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

e não por leigos, sob pena do comprometimento da própria execução contratual.

Em relação à vedação da soma de atestados, salientou que é permitido e recomendável quando houver finalidade única e exclusiva de verificar se a empresa contratada detém conhecimento técnico e capacidade operacional inerentes à execução da obra, que no caso é vultosa e de complexidade considerável.

Em que pesem as justificativas apresentadas pela origem, a ATJ e o Ministério Público de Contas concluíram pela procedência da representação.

A SDG, apesar de acompanhar esse posicionamento, entendeu por nova notificação à origem para justificar o percentual estabelecido no edital para a comprovação da qualificação técnica operacional em razão do disposto na Súmula 24 desta Corte, uma vez que matéria não impugnada e, portanto, não ofertada às justificativas trazidas pela origem.

É o relatório.

fc.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

Voto

00001648.989.13-5

De início, verifico que o edital estabeleceu como percentual mínimo para a comprovação da qualificação técnica operacional 60%, parâmetro condizente com os limites previstos no entendimento sumulado desta Corte, aspecto que torna desnecessária nova notificação.

Limitando-me à matéria impugnada, o exame do contido na inicial em comparação com as justificativas apresentadas pela Prefeitura de Tejuapá revela a procedência do reclamado pela representante.

O edital exige que a visita técnica, estabelecida como condição obrigatória, seja realizada especificamente pelo responsável técnico da interessada.

Esse aspecto contraria o disposto no artigo 30, §1º, I, da Lei 8666/93, que prevê claramente que a licitante tem até a data da proposta para definir quem será o responsável técnico.

É louvável a preocupação da origem em exigir que essa inspeção seja realizada por profissional capaz formular questionamentos ao órgão licitante e, o que é tão relevante quanto, colecionar subsídios para a exata formulação da proposta, evitando, dessa forma, alegações futuras relacionadas à execução contratual, muitas vezes motivadoras de aditamentos indesejados.

Penso que a intenção da origem estaria resguardada simplesmente com a determinação de que a visita técnica fosse realizada por alguém qualificado e não obrigatoriamente o responsável técnico da empresa, a exemplo do que defendi no processo TC-34910/026/12, apreciado na sessão da Segunda Câmara de 13/8/2013.

A forma como restou prevista no edital, portanto, enseja retificação.

Quanto à vedação à soma de atestados, é verdade o argumentado pela origem de que há decisões desta Corte permitindo tal disposição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

Todavia, naquelas oportunidades restaram evidenciados aspectos técnicos que justificaram tal medida, o que não ocorreu no presente caso.

Acompanho o Ministério Público de Contas quando afirma que a origem não apresentou critérios objetivos e vinculados ao objeto da futura execução contratual que legitimasse tal restrição, até porque se trata da construção de casas habitacionais padronizadas.

Diante do exposto, voto pela **procedência** da representação intentada, devendo a **Prefeitura Municipal de Tejuapá** republicar o edital nos exatos termos consignados neste Voto e reabrir o prazo legal, nos moldes do artigo 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, para oferecimento das propostas.

Antes do arquivamento, uma vez transcorrido "in albis" o prazo de recurso, comunique-se a fiscalização sobre o desfecho do julgamento, para anotações de praxe.